

O Museu de Cultura Periférica e suas articulações: perspectivas de uma intelectual orgânica sobre a Sociomuseologia brasileira

(Entrevista com Viviane Conceição Rodrigues)

Jean Tiago Baptista¹, Rose Elke Debiazi², Sura Souza Carmo³, Cristina de Almeida
Valença Cunha Barroso⁴, Tony Boita⁵

The Peripheral Culture Museum and its articulations: perspectives of an organic intellectual about Brazilian Sociomuseology

(Interview with Viviane Conceição Rodrigues)

Viviane Conceição Rodrigues é uma importante intelectual orgânica brasileira. Nascida em 1982 na periferia de Maceió, passou a integrar uma série de articulações culturais em rede e foi elemento fundamental na fundação do Museu Cultura Periférica, um dos 12 Pontos de Memória Pioneiros, sediado no bairro Jacintinho. Afro-empresendedora premiada, é Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2008) e Mestre pela Universidad Pablo de Olavid (2020), na Espanha. Sua trajetória pessoal se mistura com a trajetória dos museus comunitários brasileiros, esparramando-se em territórios muito além dos geográficos, tendo sido partícipe na constituição de um conjunto de políticas públicas para o campo da Museologia no Brasil. Em entrevista a nós concedida, generosa, afetuosa e paciente, compartilhou aspectos fundamentais para se pensar a Sociomuseologia pelas mãos daqueles que vivem na fronteira entre academia e militância social, em um constante fluxo entre pôr em prática em prol da comunidade as mais complexas reflexões populares e científicas de modo conectado.

¹ Professor do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). jeantb@hotmail.com

² Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Historiadora e museóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutora pela UFSC. Dedicar-se à pesquisa de temas relacionados à memória, à militância e à constituição do patrimônio cultural dos povos do campo. elkedebiazi@gmail.com

³ Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Museologia (UFRB), mestre em História (UFS) e doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Realiza atividades de ensino, pesquisa extensão no âmbito da conservação preventiva de acervos museológicos, patrimônio afro-brasileiro e joias de crioula. suracarmo@yahoo.com.br

⁴ Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (2005) e graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2003). Graduação em Pedagogia pela Clarentiano (2019). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PPGCI/UFS. Coordenadora do Laboratório de Museologia Aplicada-LABMUSAS e Líder do GEMPS. tina_valenca@yahoo.com.br

⁵ Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG) e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG). tonyboita@hotmail.com



Crédito da foto: Sirlene Gomes

Conte um pouco sobre como foi se deu sua formação em sua infância e juventude.

Sou socialmente reconhecida como Vivi, sou mãe do Vinícius Gabriel, filha de Maria Madalena Rodrigues, negra, periférica, mulher, nordestina, ativista e de esquerda. Esse ano quarente! Cresci em um bairro da periferia de Maceió. Fui uma criança que estudou em escola pública. Sempre amei os livros. Na minha casa não tinha televisão - por falta de dinheiro, não por opção intelectual - e minha mãe amava ler após o almoço. Costume que herdei. Líamos todas as tardes. Os livros eram comprados por minha mãe, e minha primas/madrinha, Dinha Val, por ser professora tinha acesso aos livros, e trazia para nós. Paralelamente havia a catequese, e nos anos 90 a Teologia da libertação estava muito presente nas comunidades periféricas. O padre da minha paróquia — isso descobriria anos depois — era um importante nome da Teologia da Libertação no nordeste, sempre estimulando a comunidade a pensar um evangelho libertador e solidário. A professora da catequese, uma jovem que tinha 17 anos, nos ensinou a fazer teatro de rua, tendo os temas sociais como norte na criação dos textos. O primeiro espetáculo de teatro que participei abordava a questão das crianças em situação de rua. Na adolescência criamos um grupo próprio chamado *Carisma*. O grupo frequentava outras igrejas das redondezas, onde também havia grupos de jovens com trajetórias semelhantes e que do mesmo modo trabalhavam na perspectiva da Teologia da Libertação. Depois nos afastamos da igreja, mas seguimos fazendo teatro ou atividades culturais nas comunidades. Ainda com visível influência da Teologia da Libertação, novos elementos passaram a nos influenciar. Quando eu tinha 13 anos, entrei para um grupo chamado *Ilé Axé*, grupo que, assim como os outros dos anos 80 e final dos anos 90, integram uma explosão de grupos culturais com a temática Afro. O movimento negro, que havia feito entre os anos 60 e 70 toda uma movimentação muito intelectual, eu diria, percebeu que a cultura seria uma maneira de trazer mais pessoas para a luta antirracista. É o jeito mais fácil de chegar nas pessoas, não é? Leila Gonzales dizia que “A gente não nasce negro,

a gente se torna negro”. Eu não me entendia como uma menina negra, mas isso mudaria quando entro no *Ilé Axé*. Lá fui aluna das oficinas de teatro e dança. Os professores de teatro, Adriano Lopes e Leone Manoel, incentivavam nossas falas. O coordenador do *Ilé Axé* era o ativista Helcias Pereira, e costumava nos explicar sobre porque crescemos negando nossa negritude. Quando fiz 16 anos procurei conhecer um pouco do budismo, onde também acabei me envolvendo com teatro, aprendendo técnicas de respiração, de reflexões sobre a vivência no agora. Sempre estive disposta a aprender. Minha adolescência foi uma fase de experimentação. A arte sempre me guiando.

Como você percebia o papel dessa militância naquele momento?

Nós produzíamos discursos potentes, mas não tínhamos alcance porque no final dos anos 90 os meios de comunicação estavam muito restritos. Havia a televisão e os jornais para a massa, e a coisa mais popular que encontrávamos era a rádio comunitária, com um alcance muito pequeno, em geral ao bairro. Podíamos até fazer espetáculos, jornais de bairro, mas o alcance sempre ia ser o alcance de nossas pernas. Então, se você queria aparecer em um TV local ou jornal de circulação estadual, você realmente dependia dos detentores dos grandes meios de comunicação. Os jornalistas tinha/têm um vício horrível, sempre que vão entrevistar os fazedores de arte na periferia escrevem sentenças como “estão fazendo isso para não irem para as drogas”, “para tirar as crianças das drogas”, “vamos dar voz aos periféricos”, etc. O filho do rico faz ballet, mas ninguém diz que faz isso para não cheirar cocaína. A ideia de que a arte feita na periferia existe para vencer as drogas é infame! As drogas devem ser combatidas também pela arte, mas não só, evidentemente, bem como a arte possui mil outras possibilidades que não apenas o combate às drogas. A droga é um problema que o Estado deve se responsabilizar. A arte é feita na periferia porque é o ar que respiramos! Aos 16 anos ingressei no IFs, buscando uma melhoria no ensino médio que me possibilitasse entrar na universidade. Queria trabalhar com esta perspectiva de alterar um discurso vigente sobre nossas comunidades, o que me levou a escolher o curso de Relações Públicas. Eu me apropriei dos instrumentos de comunicação a favor da militância. Esta também era uma premissa do movimento negro e cultural periférico: que precisávamos ter gente nossa dentro das universidades.

E como foi estar na Universidade tendo vindo de uma comunidade periférica?

A graduação e o mestrado me causaram traumas para toda vida. Foi difícil. Eu estava acostumada a estar entre os meus, e em 2003 ingressei na universidade onde pela primeira vez me senti sozinha e em um ambiente hostil. O ambiente acadêmico sempre aumenta minhas cicatrizes emocionais. O campo das Relações Públicas, mais do que o Jornalismo, é tido como uma comunicação de elite, destinado a atender a demanda de grandes empresas. Ainda que Cecilia Peruzzo já tivesse lançado seus estudos sobre Comunicação Comunitária nos anos 80, se falava muito pouco sobre isso, ainda era uma abordagem muito tradicional. Eu usava as minhas roupas alternativas, isso era muito criticado. Cheguei a ouvir que não tinha perfil de Relações Públicas, que não me vestia como uma Relações Públicas. Na verdade, não estavam falando das roupas, mas sim de minha cor e cultura. Então falei para o pessoal da militância que só voltaria para luta quando pegasse o diploma. Além disso, engraidei de meu filho e precisava me dedicar a maternidade.

Como se deu seu retorno para a militância?

Acabei encontrando um campo onde os estudos acadêmicos e a militância social se encontravam, a Museologia. Em 2008 recebi o convite para participar do *Cepa Quilombo*, que é o Centro de Estudos e Pesquisas Afro Alagoano Quilombo, criado para pesquisar, mapear, e estruturar a questão do negro em Alagoas. De fato, nós não éramos vistos como intelectuais, como pessoas que tinham material intelectual, o que é absurdo, porque nunca se deixou de produzir intelectualmente. Mas enfim, quando se quer pegar o movimento, você interpreta da sua maneira, mas aqui em Alagoas havia alguns membros que estavam angustiados com isso e sentiam falta de um grupo que fosse mais voltado para a pesquisa, por isso a criação do *CEPA Quilombo*. Ocorre que depois de seis anos, o grupo havia feito várias ações interessantes em parcerias com escolas e uma série de questões, mas perceberam que não tinham capilaridade dentro do próprio território e que precisavam se aproximar da comunidade. Fizeram um mapeamento, perceberam que o bairro era um celeiro cultural, mas não tinha um espaço de apresentação, os grupos eram vistos em outros espaços e a própria comunidade ficava carente de ter acesso aos bens culturais. Foi então que se criou um projeto chamado *Mirante Cultural: Um Quilombo Chamado Jacintinho*. Fui chamada para fazer parte desse projeto na qualidade de Relações Públicas do grupo. Peguei meu diploma em junho, e em julho fui participar de um modo intenso desse processo. Quando em 2009 surge a proposta do Programa Pontos de Memória, projeto experimental que escolheu os territórios a partir do recorte do Ministério da Justiça: os doze bairros mais violentos do Brasil. O Jacintinho fazia parte desse mapeamento. Naquele momento, o Ibram, em conjunto com a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI), exigia que os consultores dos Pontos de Memória deveriam ter nível superior. Eu era a única pessoa no grupo, naquele momento, que tinha nível superior. Eu não fui uma escolha da comunidade, eu era a única opção (risos). Foi a primeira vez que percebi o poder de um diploma de graduação. Minha formação não tinha servido para arranjar emprego na minha área, continuava pagando minhas contas com minhas habilidades manuais, mas foi fundamental para que não perdêssemos o protagonismo dentro do ponto. Tivemos alguns Pontos pioneiros que não possuíam membros formados e por isso receberam consultores que não faziam parte da comunidade. Ter o diploma foi fundamental para meu território e comunidade.

Vamos falar logo mais sobre o Ponto de Memória Museu Cultura Periférica, mas neste momento vamos continuar sobre sua formação. Após a graduação e a fundação do Ponto, como continuou sua formação acadêmica?

Em 2012 o professor Fernando García Quiles, da Universidad Pablo de Olavide, entrou em contato comigo para conhecer um pouco mais do trabalho do Museu Cultura Periférica. Ele se interessava por esse movimento de museologia social no Brasil. Em 2014 fui convidada para fazer uma fala em um evento naquela universidade. Esse evento muda o rumo do meu processo no sentido acadêmico, porque quando compartilho com os companheiros do Museu que a fala seria virtual, foi consenso de que se deveria encontrar um meio de que eu fosse pessoalmente. Fizemos uma vaquinha, um amigo emprestou o cartão de crédito para completar o valor para a compra das passagens, ao passo que o professor, Fernando Quiles pagou minha estadia. Fiquei por lá 10 dias. Ele me disse para voltar e cursar um mestrado. Mantive contato, fizemos outras atividades acadêmicas juntos. As bolsas acadêmicas exigem um perfil de pessoas que não

precisam de bolsa. Quem cresceu em periferia tem fluência em idiomas? Não! Nunca me encaixei nesses perfis, portanto, com filho pequeno como sair do meu país para estudar? Eu escrevi que faria um mestrado e pendurei no corredor da minha casa. Em 2019, quando meu filho já havia crescido, decidi me inscrever para a seleção e fui aprovada para o mestrado Intervenção Social, Cultura e Diversidade. Não conhecia nenhum professor, mas fui acolhida pelo meu orientador, José María Valcuende del Río. Quando passei na seleção não tinha dinheiro para ir estudar na Espanha. Fiz um texto, postei na internet. Recebi dezenas de comentários me incentivando. Muitas pessoas doaram para a vaquinha. Recebi apoio da família, dos amigos e o mais impactante, de pessoas que não me conheciam, mas apoiavam meu desejo de estudar. Minha bolsa de mestrado foi coletiva. Poderia ser mais bonito? Não citei os nomes aqui, mas tenho todos pendurados na minha casa como forma de agradecimento. Meu mestrado é sobre o Museu Cultura Periférica.

Vamos retomar o surgimento do Museu Cultura Periférica? Como se deu essa relação com o Ibram mediante a criação do Programa Pontos de Memória?

Para nós, especificamente, tínhamos alguns projetos dentro do *CEPA Quilombo* e um deles era para a área de memória, que queríamos muito produzir a biografia do Jacintinho a partir dos processos biográficos de seus próprios moradores. Era um projeto imenso, que pensava em dimensionar a memória comunitária que respondia pela criação da identidade dos moradores. Quando o Ibram chega no CEPA Quilombo trazendo a proposta dos Pontos de Memória por meio de seus consultores que viajavam pelo Brasil, e que chegará por meio da indicação do professor Ricardo Araújo, um dos meus mentores da adolescência e figura importantíssima para a arte em Alagoas. O exemplo de museu que nos foi apresentado foi o Museu da Maré (RJ), em especial a partir de Claudia Rose, com o qual nos identificamos muito. Aceitamos o convite para participar do Programa Pontos e Memória e participamos do I Teia de Memórias (2009), um evento que creio tenha sido importantíssimo para a Sociomuseologia no Brasil. Lá se reuniram os 12 primeiros Pontos de Memória, que ficariam conhecidos como Pontos de Memória Pioneiros, cada qual apresentou suas atividades, tendo Mario Chagas mediando a mesa. Também foi muito importante a convivência que tivemos fora do evento. Muito rápido, construímos uma relação de conexão sólida entre os Pontos. Às vezes construímos processos coletivamente e depois essas estruturas institucionais os corroem. O Ibram daquele tempo nunca fez isso, nunca tirou de nós o protagonismo do Programa. Se a princípio o discurso do Ibram era que os Pontos de Memória seriam criados nos bairros mais violentos do país, rótulo que imediatamente rechaçamos, rapidamente reconstruiu o discurso mediante nossos encontros e discussões. Para nós que pertencemos a comunidades, sempre vamos escolher tratar nossos territórios a partir de suas potências, e não pelo que há de pior, tal qual a academia e as instituições em geral nos concebem. Certamente a violência foi uma categoria que serviu para o Ibram nos alcançar, mas ali deixamos claro que não seria o caminho que iríamos seguir. A violência dentro dos territórios periféricos é produzida pelo Estado e não pela população; os museus comunitários atingem a população, não o Estado— logo, se os Pontos de Memória não atingem o causador do problema, como é que podemos nos responsabilizar em resolver tal problema? A sinergia deu resultados, foram cinco anos de construção da política pública museológica destinada às comunidades, única experiência que temos notícias no campo museológico. Deu tão certo que em 2012 virou

política pública e aí passou a ter os editais para que outros museus em comunidades tivessem a chancela do programa, difundindo, assim, centenas de Pontos de Memória pelas comunidades do país.

Fale um pouco como é transitar no mundo da academia e da militância.

Bom, acho importante pontuar que este trânsito não é fluído. Na verdade, em boa parte das vezes quem atua nessas duas pontas não é aceita de modo pleno nos dois universos. Explico melhor: o universo acadêmico por si só eu já não sou um corpo aceitável desde sempre; no espaço da militância, eventualmente sou corpo estranho também, pelo linguajar, pelos posicionamentos, muitas vezes estranhos para quem é da comunidade — muito embora na maior parte das vezes a comunidade se admire e se inspire, em especial no caso de meninas negras, a seguir também em busca da formação universitária. Mas minha presença na academia é algo mais sensível. Quando estou na academia, não sou vista como uma pessoa da academia, sou vista como a representante da periferia, um ser exótico. Às vezes eu estou em determinadas reuniões acadêmicas onde não conhecem minha produção científica e alguns acadêmicos se admiram e lançam sentenças como “estou muito impressionada como você” ou “como você é desenrolada”. Já ouvi muitas vezes este tipo de coisa. Isto porque no mundo acadêmico não esperam que uma mulher preta periférica possa ser articulada, titulada ou não, daí o rótulo de “desenrolada”. Um corpo que atua na periferia e que é um corpo preto, que é um corpo de mulher, quando adentra na academia, é sempre tido como algo exótico, que penso ser a tradução para a classificação “desenrolada”. Jamais a pessoa vai me perguntar: “você é formada em que? O que você pesquisa?”, questões que seriam lançadas naturalmente a uma pessoa branca. Outro rótulo que costuma aparecer sobre mim e outras acadêmicas de origem periférica é que somos representantes da periferia. Eu sempre faço questão de pontuar quando recebo algum convite acadêmico de que não represento a periferia porque não a conheço em sua totalidade. Eu no máximo represento o meu grupo, porque me deram liberdade para falar em seu nome. A representatividade é uma armadilha fruto da preguiça dos acadêmicos que escolhem uma pessoa para falar em nome de um segmento, e com isso limitam a presença dos corpos periféricos dentro dos eventos acadêmicos. A periferia é muito maior do que qualquer uma de nós.

Creio que seja importante retomar a ideia de se tornar referência na comunidade a partir do ingresso na universidade. Hoje temos um número maior de jovens que estão ingressando no ensino superior e disputando este espaço.

Este é um ponto de discussão muito importante. Eu tenho certeza de que por parte das militâncias mais antigas sempre foi uma necessidade ver a juventude ocupando esse espaço de formação. Tanto é que se lutou muito pelas escolas nos territórios periféricos, de modo que se assentasse o caminho para que depois fossemos à universidade. O movimento negro vem lutando por décadas para que esse jovem preto e periférico esteja dentro do espaço acadêmico. Quando a lei das cotas nos alcança, fruto de esforços do movimento, torna-se possível alcançar a formação acadêmica como uma estratégia de libertação e conquista de autonomia. Nós já éramos estudados na academia talvez desde sempre, mas é a partir da lei das cotas que passamos a protagonizar a produção de conhecimento sobre nós mesmos. Residem aí muitos

desafios: os jovens periféricos têm que trabalhar desde muito cedo. Recentemente realizou-se o documentário *Visão das Grotas*, e nele se vê jovens dizendo “eu queria estar estudando, mas trabalho ou estudo”. Não romantizo os sacrifícios que fazemos. Eu lembro que fui para Espanha para fazer o mestrado e o meu grupo deu uma festa. Os adultos diziam aos adolescentes: “Se liguem, se estudarem vão para onde quiserem”, delineando um horizonte que para algumas classes existe desde sempre, mas que para nós tem que ser construído. Eles compraram a ideia de que era interessante conhecer o mundo. Além disso, da ampliação de horizontes geográficos, os espaços formais de educação são fundamentais porque é esse papel que faz a gente ser respeitado em uma mesa de negociação com quem detém o poder. A estratégia da conquista de um diploma é a busca de legitimidade para se posicionar perante quem tem a caneta em favor das demandas da comunidade. Eu tenho amigos que defendem viver em uma sociedade a parte, onde não precisamos disputar espaços com os brancos, sou uma pessoa prática, e percebo que nesse momento vivo nessa sociedade em que o único caminho é a disputa por território.

Ainda nesse sentido: a universidade muitas vezes para um garoto classe média é simplesmente um processo natural da vida, algo que assegurará um emprego, uma identidade profissional, uma renda e a garantia de que continuará a ter tudo o que possui e quem sabe um tanto mais. Mas você estava falando aqui da universidade como uma outra coisa, desenhando-a na perspectiva da formação de um intelectual orgânico, ou seja, uma titulação que não serve apenas para si, mas também em como servirá à comunidade.

Eu respeito/honro/admiro todos os saberes. Mas a sociedade não funciona assim, infelizmente. Penso que a primeira coisa que a universidade trás para quem é da periferia é o respeito. Um menino de classe média e branco é automaticamente respeitado, mesmo sem ter formação. Ele adentra em um restaurante, um shopping, um espaço público, já é automaticamente admitido. Para nós não se dá da mesma forma. Quando em disputas, nossa fala será respeitada na medida que tivermos uma titulação. Todos nós da periferia já entendemos há muito tempo que tal título não é sinônimo de que vamos avançar socioeconomicamente. O branco de classe média descola os melhores estágios, as melhores vagas, logo na arrancada vai para empresa do pai ou vai para a empresa do amigo do pai, ou simplesmente conquista a vaga pelo fato da vaga ser construída para ocupação de um vocabulário, performance, corpo e conteúdo que somente as pessoas brancas ou de fora da periferia possuem. Nós não temos essas redes. A nossa perspectiva de mudança, de estar lá dentro, é de realmente fazer mudança em todos os aspectos da sociedade, não apenas à nossa realidade econômica pessoal. Por isso não atuamos na universidade apenas na nossa formação, muitos de nós passam a discutir currículos, conteúdos, políticas institucionais, políticas públicas... Aí reside a importância dessa pluralidade dentro da universidade. Acima de tudo desse enegrecimento dentro da universidade. Quando cursei minha graduação, por exemplo, não havia uma só professora negra, mas atualmente existe uma no curso de Relações Públicas e em outros, certamente impulsionados por essas lutas que denunciam o racismo estrutural nas seleções docentes. São mudanças, embora pequenas e ainda pontuais, mas para nós gigantes. Então, sim! O jovem periférico dentro da universidade acima de tudo é um agente em busca de mudanças coletivas, muito mais que individuais, muito

mais que um *lattes* individual, que um profissional que quer crescer materialmente na vida somente.

Qual o papel e a importância e da museologia nessas articulações, ou seja, você se apropria da universidade, se apropria de conceitos próprios do mundo acadêmico, usa e devora o museu e a museologia. Fale do quanto a museologia tem servido para as estratégias que discutimos.

A museologia oferece a possibilidade de trabalharmos o direito à memória, e com isso a superação de nossas invisibilidades. Historicamente somos seres invisíveis neste país, é porque não tivemos a nossa memória registrada, divulgada e fomentada. Nós sempre conhecemos e recebemos a memória dos brancos em nossa educação formal, apresentados como seres que fazem história, que importam. Quando articulamos museologia com nossa ancestralidade, podemos ver que somos seres que construímos processos ao longo do tempo, onde se vê o quanto somos fortes, potentes, criativos, resistentes. Vemos assim o quanto temos raízes e que essas raízes é o que nos dar sustentação para essas reivindicações que hoje fazemos. Quando falamos sobre direito à água, o direito à moradia, à educação, estamos sobretudo nos fundamentando em nosso direito à memória. Há na museologia uma grande diferença que gosto de frisar, que é o papel da museologia social ou da Sociomuseologia. Essa forma de fazer museologia está para muito além do passado, é acima de tudo um acompanhamento do presente e a construção contínua de processos em busca de um futuro melhor. Quando pensávamos museus antes do Programa Pontos de Memória, imaginávamos um lugar estático, de objetos antigos que você parava para saber de algo que não tem um significado real, atual, prático. Com uma museologia interessada no social e feita pela periferia interessa muito mais objetos que provocam debates sobre os dilemas de agora.

Cite algum exemplo desse uso da expografia no Museu Cultura Periférica.

Diria que uma das exposições mais significativas que realizamos foi a *Memórias em Permanência*. Naquele momento a Vila de Pescadores de Jaraguá estava para ser despejada pela prefeitura e decidimos abordar o processo que considerava uma vila histórica de pescadores como invasores da praia. Inspirados naquela representação recorrente de naufragos jogando garrafas ao mar com mensagens de ajuda, reunimos 56 garrafas de vidros (o mesmo número de famílias residentes na vila naquele momento) e nelas inserimos fotografias feitas pelas crianças da comunidade enroladinhas a textos escritos sobre a trajetória da vila. Penduramos as garrafas em uma banca tradicional, dessas de feira, e nos instalamos em uma praça no centro da cidade. Lá ficamos em horário comercial mediando as visitas. As reações eram das mais variadas, algumas pessoas achavam que as garrafas estavam à venda, e pedíamos para que destampassem as garrafas e retirassem os textos e as fotografias. As pessoas tinham certa dificuldade de tirar as fotos de dentro da garrafa, ao que uma das lideranças da vila de pescadores, Enaura Nascimento, dizia: “está difícil tirar a foto de dentro da garrafa? Imagina o quão é difícil a gente lutando em prol de moradia há 17 anos”. Depois que as pessoas conseguiam retirar, olhavam as fotos da vila, liam uns dos textos e aí se começava um debate. Na época, isso era uma coisa que todos na cidade, absolutamente sabia, porque essa briga judicial estava sempre nos telejornais. Então, não havia ninguém que não soubesse da luta da

vila de pescadores. Aí se questionava se a pessoa concorda com o que a prefeitura queria fazer ou se a pessoa estava ao lado dos pescadores. Era a oportunidade dos pescadores falarem em sua perspectiva com os demais moradores da cidade, integrando-os, porque sempre que essa luta era mostrada na televisão, era na perspectiva da prefeitura. Aí os pescadores argumentavam sobre o direito à moradia, que precisavam viver à beira do mar para pescar, sobre a ancestralidade daquelas posições, pois ali residiam por gerações, entre outros argumentos. Ao final, Enaura dizia o seguinte: “se você abraça a nossa luta, leva essa garrafa, simbolizando que está abraçando uma das 56 famílias”. Com isso, o que queríamos era o diálogo construído a partir do protagonismo da própria comunidade com o restante da cidade e, ainda que em dimensões reduzidas, este diálogo aconteceu, houve a provocação, houve reflexão.

Quais eram as fotografias que acompanhavam as garrafas?

Eram fotografias criadas por crianças da comunidade em oficinas realizadas pelo Ponto de Cultura que lá existia. Criamos em seguida outra exposição chamada *Livre Olhares* a partir dessas mesmas fotografias. As comunidades periféricas, quando retratadas por quem não pertence a elas, costuma ser representada a partir do lixo acumulado, da violência, da poluição, tal qual se vê em TV e jornais. Mas quando a comunidade decide se representar, surgem outras imagens. As crianças fotografaram o peixe chegando, as mães trabalhando com os mariscos, seus colegas brincando na beira da praia, enfim, o cotidiano deles em sua própria perspectiva. Eu levei essa exposição para vários museus da cidade, as crianças também iam e realizávamos uma apresentação cultural para a abertura da exposição. O pontapé inicial para isto se deu com o museu da Imagem e do Som de Alagoas, que ficava muito próximo da vila de pescadores, mas, apesar disso, os moradores da vila nunca o frequentaram. Eu via muita potencialidade de conectar o MISA com a comunidade e provoqueei a direção. Se estabeleceu uma boa parceria e realizamos a exposição com uma bela abertura cultural, com as crianças apresentando as músicas que haviam aprendido na oficina de música. Dali em diante, os moradores passaram a frequentar o museu, a ir até mesmo no cineclube e curiosamente o museu também passou a frequentar a vila, participando de atividades que lá eram desenvolvidas. A Sociomuseologia não deve estar apenas na comunidade, embora a comunidade também precise dela; mas além disso, há a cidade como um todo a se conectar, e esta forma de fazer museologia pode ser uma importante ferramenta nesta conexão. Nós também temos direito à cidade, podemos estar em todos os espaços, a democratização dos equipamentos públicos é um direito nosso e estamos ali para ocupar.

De modo recorrente você aponta para a questão do território, gostaria que falasse um pouco mais sobre como se pensa esse território articulado com a concepção que utiliza de museologia.

O projeto Pontos de Memória chegou em 2009 a partir de abordagem do Ibram, diretamente interessado em tratar da memória do Jacintinho, uma vez que esse era um dos bairros específicos selecionados pelo Programa. Dos 12 pontos pioneiros, fomos o único que não aceitou essa delimitação territorial restrita ao Jacintinho. Isso se deve ao fato de que na época já atuávamos em rede, com outros grupos periféricos, em distintos bairros, em uma perspectiva de uma agenda coletiva. Por isso que se chama “Museu Cultura Periférica”, não tendo o nome

do bairro à frente, como ocorre com muitos outros Pontos de Memória, mas sim a palavra “Museu”, porque queríamos nos apropriar da simbologia e da potência que esse nome carrega. “Cultura” porque naquela situação e ainda muito hoje, sempre atuamos muito focado na questão cultural. E “Periférica” por estarmos em território periférico. Nosso território não era uma delimitação geopolítica municipal, mas, sim, uma rede de articulações na periferia de Maceió, e também fora dela. Naquela situação, convidamos outros companheiros que atuavam em outras partes da periferia de Maceió para fazer parte do Museu. Quando o Museu é formado, vai ser formado com um recorte territorial que não obedece aos recortes urbanos municipais, mas, sim, por recortes como o *hip hop*, a vila dos pescadores, o pessoal da reciclagem, entre outros recortes, que passaram a compor o Conselho Gestor do Museu. Além disso, é preciso entender que o Jacintinho não é um bairro homogêneo. Há desde pessoas com muita grana até aquelas que moram nas grotas, que são essas grandes depressões geográficas onde existe imensas comunidades com histórias importantes de luta, além do fato de não ser um bairro que está distante da região central — pelo contrário, em poucos minutos se alcança o centro de Maceió. Quando falo em território, portanto, nunca falo no sentido físico. Eu falo mais no sentido cultural, sobre nossos hábitos periféricos, uma cultura periférica muito potente e é isso que mais nos define do que necessariamente o local onde estamos inseridos.

Fale um pouco mais sobre o investimento do poder público local em lazer e cultura para os jovens do bairro do Jacintinho?

Em 2008 quando iniciamos o projeto Mirante Cultural era pela ausência de espaços públicos de lazer no bairro. Havia apenas duas praças. A comunidade produzia cultura que era apresentada externamente. Então nosso evento trazia a cultura para dentro do nosso território, possibilitando uma interação entre linguagens, artistas e comunidade. Era um espaço que contribuía para formação de plateia. Os moradores lutaram por melhorias estruturantes e atualmente percebemos algumas mudanças significativas. Há alguns eventos culturais públicos que acontecem no bairro, causando críticas e aplausos. Há quem entendem como um meio para retirar os periféricos da orla marítima, e outros entendem como valorização do território periférico. O que penso sobre os grandes eventos? Gosto deles dentro do Jacintinho. Mas ainda faltam muitos espaços de lazer. A juventude necessita de apoio público para desenvolver suas potencialidades. É incrível a produção que vejo dos jovens quando estão participando de oficinas culturais. Nos últimos tempos ocorreram alguns incentivos, mas é preciso muito mais.

Vamos falar um pouco sobre patrimônio. Em primeiro lugar, qual é o uso do conceito de patrimônio pelo Museu de Cultura Periférica?

Patrimônio para nós é um conceito que serve para aleitarmos nossas identidades, transformando-as em coisas positivas. Por exemplo, reconhecer o nosso patrimônio da negritude, a nossa ancestralidade em uma coisa positiva. Deixar de que a palavra negra seja pejorativa e passe a ser positiva, por exemplo.

Como você observa nas últimas décadas a valorização do patrimônio afro-brasileiro pelo IPHAN no Brasil? Problemas como os apontados pelo documentário Quebra de Xangô, de Silóe Amorim, encontram-se em pauta?

Não posso analisar a postura do IPHAN, confesso que nunca me atentei para isso. Mas a falta de respeito a religiosidade afro no Brasil é algo que está no nosso cotidiano, a diferença é que temos leis. A Tia Marcelina que tem sua história de resistência retratada no documentário serve de inspiração para nós que seguimos na luta. Eu honro os que vieram antes de mim. Em Alagoas os religiosos de matrizes africanas são articulados, e sempre que há uma violência religiosa, acionam o Ministério Público. O respeito não está naturalizado em nossa sociedade, mas as leis servem para punir a intolerância religiosa.

Quando vocês trabalham com a questão do patrimônio negro, tiveram essa percepção da população de que ela passa a se ver representada de uma outra maneira, começa a se entender de uma outra forma?

Eu sempre sou mais pessimista que otimista. Eu diria que o trabalho mais significativo que fazemos, e que até mesmo conseguimos medir, é com as crianças e com os jovens. O Museu começa em 2009, já são 13 anos. Então, são muitas crianças que cresceram conosco, chegaram com 7 e 8 anos, hoje são adultos, com 20 e poucos anos. Eles têm uma outra visão, conseguiram, a partir de todas as discussões, debates, dentro do Museu participando ativamente dos processos. Não se consegue atingir tão fortemente assim os adultos. Quando atuamos em território periférico só há duas coisas que interessam ao adulto: saúde e assistência social. É difícil um adulto participar de uma roda de memória ou exposição. Por isso as nossas exposições são em espaços abertos dentro do território, é a estratégia que utilizamos para chegar ao adulto. O ser humano é curioso, passa, olha, pergunta, debate, e por um momento, faz parte do processo. Se a exposição fosse dentro do nosso espaço, não teríamos essa participação. As rodas de conversas atingem o adulto idoso por ser um espaço de acolhimento, de socialização, de troca, de valorização da trajetória deles. Mudar a perspectiva sobre a negritude é difícil. É um trabalho de base contínuo. Mas percebo mudanças significativas na juventude sobre sua autopercepção. Atualmente estou trabalhando como educadora em um projeto que tem os jovens como público-alvo. Perguntei quem se entendia como negra/negro/negre, todos disseram que sim. Há algumas décadas a maioria diria não. Estamos caminhando rumo a uma sociedade mais engajada na luta antirracista.

Como o ponto de memória ele propicia contar que os mais jovens conheçam um pouco da história do território? Fale um pouco mais sobre a metodologia utilizada para difundir a memória do território.

Durante as realizações das rodas de conversas, do mesmo jeito de quando fizemos o Mirante Cultural, que é o projeto que a gente leva sempre 5 grupos culturais, sempre 5 atrações, ações interrompidas pela pandemia, sempre foi querendo promover essa mistura de gerações. Quando se está nesses espaços compartilhados, elas não têm esse punho de dizer só o idoso vai falar. A roda é aberta para quem quiser falar. O pessoal do *hip hop* que é jovem, que ia para as rodas, que se colocava, que colocava “eu nasci aqui, eu tenho 15 anos de idade”, ou seja, tem 15 anos de história. Então, essas rodas tinham essa questão de que nós estávamos muito mais interessados em saber da pessoa, do que necessariamente saber do bairro. Só que como a pessoa está no bairro há tantos anos, acaba que a história dela está entrelaçada com a do bairro e dar para você tirar uma série de questões sobre a trajetória do bairro a partir desses processos

biográficos. Então, sempre houve essa mescla de gerações. Até porque quem é idoso gosta de se misturar com o jovem, o jovem gosta de se misturar com idoso, isso não é uma questão. Principalmente jovens que fazem cultura.

Como é a relação do Museu Cultura Periférica com essas manifestações populares que têm no bairro, como é esse imbricamento entre as ações que vocês fazem, esses grupos existentes no Jacintinho e demais bairros?

É uma relação de parceria. Nós temos um boi, o Dinossauro, que é um boi de criança. Nós já fomos parceiros do Boi Excalibur, que era um boi feito por jovens. Como organizamos o evento do Mirante Cultural, estarmos sempre interligado com os grupos culturais. Em 2021 organizamos uma roda com alguns representantes dos grupos culturais do Jacintinho. As nossas perguntas norteadoras foram: Quais as estratégias que criaram para sobreviver a pandemia? Qual a perspectiva para o período pós pandêmico? Todo esse processo foi filmado, vamos em breve lançar esse documentário.

Como são divulgadas as ações do Museu Cultura Periférica no Jacintinho? Como a comunidade é chamada para participar?

As atividades são divididas em dois tipos: evento e oficina. As estratégias são diferentes. Quando digo evento, saiba que estou me referindo às rodas de memória, debates, celebrações, Cine Quilombinho e o Mirante Cultural. O Mirante Cultural era divulgado através da imprensa, das redes sociais, e do boca-a-boca, por mais de dez anos se realizava toda última sexta-feira do mês, entrando, assim, de modo orgânico no cotidiano do bairro. Paramos um pouco antes da pandemia por falta de recursos financeiros. Há eventos menores que ficam restrito às redes sociais. As oficinas têm público-alvo de acordo com a temática, por isso, eventualmente usamos apenas as redes sociais, e outras também divulgamos presencialmente em espaços públicos para montamos as turmas. O contato com representantes também contribui para espalhar a notícia.

E no que diz respeito ao empreendedorismo negro nos bairros periféricos, como se dá a relação da Museologia?

Eu sou uma empreendedora negra. Eu tenho um ateliê, o *Magrela Vivi*. Além disso, este ano demos um passo importante com a criação do primeiro coletivo de afro-empreendedores de Alagoas, que é o coletivo *Nosso Ilê*. Não foi ideia do Museu, foi uma coisa a parte, mas a gente já percebia essa necessidade de formação. E mais, muito mais de acolhimento também. Principalmente para nós mulheres negras periféricas que estamos no afro-empreendedorismo, o discurso de *coach* tem a função de nos adoecer, porque você vai internalizar que a culpa é sua e que não existe um contexto socioeconômico que está te prejudicando. No ano passado, eu junto com Sirlene Gomes, que também faz parte do Museu Cultura Periférica, e Luila de Paula, fizemos um projeto chamado *Dandara em Movimentos*. Era um projeto que tinha como objetivo dar formação no conceito de afro-empreendedorismo centrado para mulheres periféricas como parte da contrapartida de um apoio financeiro que recebemos do Fundo Baobá. Inicialmente queríamos atender as mulheres do Jacintinho: a manicure, a vendedora de macaxeira... Porém ainda estávamos em período pandêmico, não foi possível abrir a sede do Museu. Fizemos online

e ampliamos para afro-empendedoras brasileiras. Era um curso para cinquenta mulheres e tivemos representantes de nove estados dentro desse curso. Queremos levar o curso para outros espaços, tendo como eixo: acolhimento e formação. As redes se tecem coletivamente.

Nessa perspectiva de rede, há alguma aproximação do Museu Cultura Periférica com movimentos por moradias ou com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

Com o MST temos uma parceria antiga. A admiração é recíproca. Ele foi fundamental nesse processo pandêmico. A periferia de Maceió teria passado muita fome se não fosse o MST que distribuiu toneladas de alimentos. Realizaram várias ações ao longo do processo. Na atual conjuntura brasileira, entendemos que o campo e a cidade não podem estar separados. É hora de sermos um povo só.

E no campo da Museologia nacional, quais as redes que o Museu Cultura Periférica se relaciona?

Quando os Pontos de Memória começaram, inclusive quando houve o primeiro edital em 2012 e quando ocorreu o primeiro encontro com as iniciativas premiadas do primeiro edital, que foi no Fórum Nacional de Museus de Petrópolis (2012), contávamos com 32 iniciativas. Com os recursos que tínhamos, gravamos um documentário (<https://www.youtube.com/watch?v=XK2lGlycics>) pois víamos que era importante falarmos sobre como se dava a Museologia brasileira mediante a reunião de 21 iniciativas. Ali vimos que se iniciaram as articulações em redes, como a rede de LGBT+, a Rede dos Terreiros, a Rede Indígena, a rede Rural, ao lado das redes regionais ou estaduais. Foi um passo importante, pois se percebeu que os Pontos de Memória não criavam somente ações em suas comunidades e territórios, mas também em nível nacional, em uma grande teia articulada. O Museu Cultura Periférica permanece dentro da rede dos Pontos de Memória Pioneiros.

Ao longo deste processo, quais foram suas influências intelectuais?

Creio que em primeiro lugar recebo influências de mulheres de minha família. Minha mãe, Maria Madalena Rodrigues, costureira, feirante, uma leitora de pessoas sem igual; minha avó, Edite Rodrigues da Conceição, base de nossa família, revolucionária para mulheres de sua época; tia Derália Mendonça, única pessoa da minha família que saiu pelo mundo afora como eu. Na formação acadêmica, em especial os intelectuais orgânicos ligados aos Pontos e Memória, como Élcio de Souza, integrante do Ponto de Memória da Brasilândia (São Paulo), com quem tive a honra de conviver de 2009-2011, quando se encantou. Foram dois anos de muito aprendizado. Um homem que lutou contra a ditadura no Brasil, fez parte durante toda a vida dos movimentos sociais em busca de equidade. Entrou na luta por direito à memória mesmo com a saúde debilitada. Ele sempre dizia: “Para quem serve o seu conhecimento?”. Essa frase orienta meu caminhar no ativismo. A partilha do saber deve ser verbo em nossas vidas. Élcio presente! Deuzani Noleto, integrante do Ponto de Memória da Estrutural (Brasília). Eu tinha 27 anos quando o Programa Pontos de Memória começou, nas primeiras Teias tinha uma mulher que sempre pedia a palavra. Com coragem questionava, reivindicava, discutia. Sempre com altivez, inteligência e educação. Seu modo de se posicionar me fascinava. A olhava e pensava “Quero ser igual a Deuzani quando crescer”. O trabalho que fez junto com Abadia Teixeira e os demais

membros da Estrutural é sensacional. Além de sua trajetória nos movimentos sociais. Enaura Nascimento, liderança da Vila de Pescadores de Jaraguá (Maceió), que lutou por décadas contra a prefeitura de Maceió que insistia em despejar os pescadores de sua vivência na beira do mar. Ela enfrentou o tribunal, polícia, mídia, sociedade. Andou por todos os lugares falando sobre o direito de o pescador viver na beira do mar. Lutou contra a especulação imobiliária. Conhecia mais as leis que os advogados da prefeitura. Hoje está estudando Direito. Sua perseverança, inteligência e alegria me influencia. Helena Quadros, que saudade da sua doçura... atuou junto ao Ponto de Memória da Terra Firme (Belém), revolucionou a memória social no final dos anos 80, seguiu fomentando o direito à memória, nos orientou no caminho da luta através do diálogo, como nossa rainha que foi/é nos conduziu através do trabalho. A Terra Firme sempre foi sinônimo de trabalho. Vibrava com as vitórias de todos. Sua generosidade, inteligência, doçura, vontade trabalhar sempre me influenciará. Helena presente! Lucival Salgueiro, Para os íntimos, Neno, integrante do Museu Cultura Periférica (Maceió). É um historiador, mas acima de tudo um ativista que vem dedicando sua vida ao movimento social. Sua frase mais marcante para mim é “Eu não sou salvador de ninguém”. O desprendimento desse discurso paternalista que acompanha muito dos ativistas o faz alguém que nadar contra a maré, que compreende a luta dentro da perspectiva da igualdade. Sua indignação, sensibilidade, generosidade me influencia. Além desses, há sujeitos que também compreendo como intelectuais orgânicos, como Paulo Freire, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos, bell hooks, Maya Angelou, José María Valcuende del Río, Margarida Maria Krohling Kunsch, Cecília Peruzzo, Hugues de Varine, Paulo Nassar, que de uma forma ou de outra me impactam em minha vida.